

Ponto Seis

Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, conjugada com o artigo 7.º-C da Lei 12/2020, de 07 de maio.

DELIBERAÇÃO: aprovado por maioria, com abstenção dos vereadores do partido socialista. Remeta-se à assembleia municipal.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - DRAFT

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município da Póvoa de Lanhoso (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 71.646.596 euros e um total de fundos próprios de 46.867.674 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 259.589 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa dos fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano finda naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reserva

À semelhança do verificado em anos anteriores, tal como referido na nota introdutória das Notas anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados, o Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património municipal, não se encontrando ainda relevado no ativo a totalidade do mesmo, tanto de domínio público como privado. Consequentemente não podemos aferir com segurança razoável qual o efeito nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afetos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe da totalidade de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo, de acordo com o POCAL;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade do GRUPO;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 06 de julho de 2020

António Fernandes, Marta Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

DRAFT - PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Membros da Assembleia.

1. No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2019, em conformidade com o n.º 2 do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sendo que o Grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M..
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a atividade do Município "Entidade-mãe" (Município da Povoa de Lanhoso) e da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Membros da Assembleia.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços por toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 06 de julho de 2020

António Fernandes, Marta Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

**PÓVOA
DE LANHOSO**
Município

**RELATÓRIO E
DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS
CONSOLIDADAS**

2019

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
I -Introdução	4
1. Perímetro de Consolidação	4
2. Entidades excluídas da consolidação	5
3. Método de Consolidação.....	5
4. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação.....	6
Análise ao Balanço	6
5. Análise à Demonstração de Resultados	8
6. Indicadores de Gestão	10
Indicadores de Natureza Patrimonial.....	10
7. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.....	12
B. MAPAS CONSOLIDADOS.....	13
C. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	18
1. Introdução	19
2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	20
Entidade incluídas no perímetro de consolidação:.....	20
Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):.....	20
3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	20
4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	20
5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	22
6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	22
7. Informações relativas a compromissos	22
8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação	22
9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	23
10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	23
11. Informações relativas a políticas contabilísticas	24
12. Imobilizado bruto consolidado	25
13. Amortizações consolidadas.....	26
14. Demonstração de resultados financeiros consolidados	27
15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados	28

16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”.....	28
17. Desdobramento das contas de provisões.....	28
18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.....	29
19. Informações diversas.....	29

A.RELATÓRIO DE GESTÃO

I -Introdução

O Município da Póvoa de Lanhoso apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme o estabelecido na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em cumprimento do n.º 2 do artigo 76º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo elaboradas nos termos da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho – orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Apresentam-se assim, como documentos de prestação de contas consolidadas que constituem um todo e compreendem, o Relatório de Gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado a médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregada por maturidade e natureza.

1. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas. Assim, o grupo autárquico engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a Escola Profissional do Alto Ave.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2019	% do capital detido em 2019	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	210	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	28	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

2. Entidades excluídas da consolidação

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados consolidados e à Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração de Resultados.

4. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2019, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado
ATIVO

Ativo	2019	%	2018	%	Varia.
Imobilizado	65 116 235,63	90,9%	66 092 101,07	90,9%	-1,5%
Bens de Domínio Público	41 606 768,40	58,1%	42 175 694,20	58,0%	-1,3%
Imobilizações Incorpóreas	150 119,58	0,2%	180 307,45	0,2%	-16,7%
Imobilizações Corpóreas	22 803 707,26	31,8%	23 181 758,56	31,9%	-1,6%
Investimentos Financeiros	555 640,39	0,8%	554 340,86	0,8%	0,2%
Circulante	6 530 360,17	9,1%	6 583 602,15	9,1%	-0,8%
Existências	173 117,78	0,2%	173 072,82	0,2%	0,0%
Dívidas de terceiros MLP	0,00	0,0%	0,00	0,0%	#DIV/0!
Dívidas de Terceiros CP	872 314,85	1,2%	2 251 324,95	3,1%	-61,3%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Disponibilidades	2 126 423,48	3,0%	995 252,38	1,4%	113,7%
Acréscimos e Diferimentos	3 358 504,06	4,7%	3 163 952,00	4,4%	6,1%
TOTAL DO ATIVO	71 646 595,80	100,0%	72 675 703,22	100,0%	-1,4%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Capital Próprio e Passivo	2019	%	2018	%	Varia.
Fundos Próprios	46 867 674,34	65,4%	47 316 550,03	65,1%	-0,9%
Património	41 119 878,22	57,4%	41 553 067,55	57,2%	-1,0%
Diferenças de Consolidação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Reservas	1 800 876,54	2,5%	1 773 117,27	2,4%	1,6%
Resultados Transitados	4 206 508,12	5,9%	3 534 314,29	4,9%	19,0%
Resultado Líquido do Exercício	-259 588,54	-0,4%	456 050,92	0,6%	-156,9%
Interesses Minoritários	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Passivo	24 778 921,46	34,6%	25 359 153,19	34,9%	-2,3%
Provisões para riscos e encargos	1 926 182,87	2,7%	1 808 704,37	2,5%	6,5%
Empréstimos MLP	3 910 964,61	5,5%	3 648 681,33	5,0%	7,2%
Dívidas a Terceiros CP	2 291 457,12	3,2%	3 026 735,52	4,2%	-24,3%
Acréscimos e Diferimentos	16 650 316,86	23,2%	16 875 031,97	23,2%	-1,3%
Capital Próprio e Passivo	71 646 595,80	100,0%	72 675 703,22	100,0%	-1,4%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se uma diminuição do Ativo Total de 1,4%. O Imobilizado (Ativo Fixo) apresenta um decréscimo de 1,5% e o Ativo Circulante apresenta um decréscimo de 0,8% relativamente a 2018. A diminuição do primeiro deve-se essencialmente ao decréscimo dos Bens de Domínio Público (diminuíram cerca de 569 mil euros) e ao decréscimo das Imobilizações Corpóreas (diminuíram cerca de 378 mil euros).

A diminuição verificada no Ativo Circulante deve-se essencialmente a verbas a recebidas de Fundos Comunitários que levaram ao decréscimo das Dívidas de Terceiros CP (diminuíram cerca de 1 milhão e 379 mil euros), já que se verificaram aumentos nas rubricas das Disponibilidades e Acréscimos e Diferimentos na ordem de 1 milhão e 326 mil euros.

Em termos de estrutura do Ativo verifica-se uma variação negativa de 1,5% no Ativo Fixo e de 0,8% do Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo se manteve em 90,9% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Fundos Próprios e Passivo, os Fundos Próprios passaram de 65,1% para 65,4% e o Passivo de 34,9% para 34,6%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao Património do Município da Póvoa de Lanhoso, (41 milhões e 120 mil euros), às suas Reservas (1 milhão e 594 mil euros), aos seus Resultados Transitados (3 milhões e 869 mil euros) e ao seu Resultado Líquido (-243 mil euros) dado que o método de consolidação integral anula os capitais próprios das subsidiárias.

Em termos gerais, a diferença entre os Fundos Próprios consolidados e os individuais do Município, resulta do efeito do desreconhecimento da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para valorizar a participação na EPAVE e no desreconhecimento dos subsídios atribuídos pelo Município à EPAVE. Assim, os Fundos Próprios Municipais Consolidados cifram-se em 46.868 mil euros, registando uma diminuição de cerca de 449 mil euros.

Ao nível do Passivo, verificam-se diminuições nas rubricas de Dívidas a Terceiros CP e dos Acréscimos e Diferimentos e um aumento das rubricas dos Empréstimos MLP e das Provisões para Riscos e Encargos. Assim, o Passivo Municipal cifra-se em 24 milhões e 779 mil euros, registando uma diminuição de cerca de 580 mil euros.

5. Análise à Demonstração de Resultados

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas (cerca de 1 milhão 819 mil euros) e dos Proveitos e Ganhos (cerca de 1 milhão e 92 mil euros), podendo ainda constatar-se uma diminuição dos Resultados Líquidos consolidados no montante de cerca de 716 mil euros.

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2018.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado
CUSTOS E PERDAS

<i>Custos e Perdas</i>	2019	%	2018	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	941 493,83	5,2%	878 923,11	5,2%	7,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 567 027,26	25,3%	4 542 180,67	26,8%	0,5%
Custos com Pessoal	5 082 082,23	28,1%	4 810 973,34	28,3%	5,6%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	2 102 113,13	11,6%	1 719 148,26	10,1%	22,3%
Amortizações do Exercício	4 148 185,17	23,0%	4 107 054,43	24,2%	1,0%
Provisões do Exercício	183 683,14	1,0%	105 354,90	0,6%	74,3%
Outros Custos e Perdas Operacionais	2 107,51	0,0%	4 728,87	0,0%	-55,4%
Custos e Perdas Operacionais	17 026 692,27	94,3%	16 168 363,58	95,3%	5,3%
Custos e Perdas Financeiros	54 064,46	0,3%	35 934,57	0,2%	50,5%
Custos e Perdas Correntes	17 080 756,73	94,6%	16 204 298,15	95,5%	5,4%
Custos e Perdas Extraordinários	1 236 788,50	6,8%	294 713,02	1,7%	319,7%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	18 317 545,23	101,4%	16 499 011,17	97,2%	11,0%
Imposto sobre o rendimento do exercício	7 332,90	0,0%	17 779,75	0,1%	-58,8%
Resultado Líquido do Exercício (empresa mãe)	-259 588,54	-1,4%	456 050,92	2,7%	-156,9%
Resultado Líquido do Exercício (IM)	0,00	0,0%	0,00		
TOTAL GERAL	18 065 289,59	100,0%	16 972 841,84	100,0%	5,4%

PROVEITOS E GANHOS

Proveitos e Ganhos	2019	%	2018	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	2 166 321,50	12,0%	1 896 954,60	11,2%	14,2%
Impostos e Taxas	4 272 761,62	23,7%	4 076 346,32	24,0%	4,8%
Trabalhos para a própria entidade	142 109,57	0,8%	149 298,61	0,9%	-4,8%
Proveitos suplementares	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	9 808 367,27	54,3%	8 954 637,96	52,8%	9,5%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	16 389 559,96	90,7%	15 077 237,49	88,8%	8,7%
Proveitos e Ganhos Financeiros	656 369,22	3,6%	647 741,29	3,8%	1,3%
Proveitos e Ganhos Correntes	17 045 929,18	94,4%	15 724 978,78	92,6%	8,4%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 019 360,41	5,6%	1 247 863,06	7,4%	-18,3%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	18 065 289,59	100,0%	16 972 841,84	100,0%	6,4%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	18 065 289,59	100,0%	16 972 841,84	100,0%	6,4%

Analizada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se algumas alterações da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais aumentaram cerca de 5,3% e continuam a ser os que têm o maior peso. Este aumento foi motivado essencialmente pelos aumentos das rubricas de Custos com Pessoal (cerca de 271 mil euros) e Transferências e Subsídios Correntes Concedidos (cerca de 383 mil euros).

Os Custos e Perdas Financeiros aumentaram 50,5% e os Custos e Perdas Extraordinários 319,7% relativamente ao ano de 2018. Este último aumento deve-se essencialmente ao custo da transferência do património referente às obras de reabilitação da Escola EB 2,3 Professor Gonçalo Sampaio.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais registaram um aumento de 8,7% motivado pelos aumentos das Vendas e Prestações de Serviços (cerca de 269 mil euros), dos Impostos e Taxas (cerca de 196 mil euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos (cerca de 854 mil euros), e ainda pela diminuição da rubrica dos Trabalhos para a própria entidade (cerca de 7 mil euros).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registaram um aumento de 1,3% enquanto que os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram uma diminuição de 18,3%.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2019	2018	Varia.
Resultados Operacionais	-637 132,31	-1 091 126,09	-41,6%
Resultados Financeiros	602 304,76	611 806,72	-1,6%
Resultados Correntes	-34 827,55	-479 319,37	-92,7%
Resultado Líquido do Exercício	-259 588,54	456 050,92	-156,9%

Os Resultados Operacionais de 2019, negativos no valor de cerca de 637 mil euros, registaram um aumento de 454 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Financeiros de 2019, positivos no valor de 602 mil euros, apresentaram uma diminuição de cerca de 10 mil euros face a 2018. Os Resultados Correntes de 2019, negativos no valor de 35 mil euros, registaram um aumento de 444 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Líquidos consolidados registaram uma diminuição de cerca de 716 mil euros.

6. Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento. Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso, e pela Escola Profissional do Alto Ave, os bens de domínio público representam cerca de 58% do seu Ativo Total.

O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

<i>Indicadores</i>	2019	2018
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	90,9%	90,9%
Ativo Circulante/Ativo Total	9,1%	9,1%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	997,1%	1003,9%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	48,1%	43,0%
Passivo CP/Passivo Total	28,2%	35,7%
Passivo MLP/Passivo CP	170,7%	120,5%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	204,8%	198,9%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	1665,0%	1811,4%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	4,9%	6,4%
Dívida de MLP/Património Líquido	8,3%	7,7%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	92,8%	32,9%
Ativo Circulante/Exigível a CP	138,4%	113,0%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	8,7%	9,2%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	65,4%	65,1%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que ocorreu uma diminuição no indicador Ativo Fixo/Ativo Circulante que passou de 1.003,9% em 2018 para 997,1% em 2019.

Por sua vez, nos rácios da estrutura do Passivo a maior variação ocorreu no indicador Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total que passou de 198,9% em 2018 para 204,8% em 2019.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP.

Analizados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento MLP em mais de 16,7 vezes.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, a diminuição registada no endividamento de CP e o aumento verificado nas rubricas de disponibilidades, verifica-se um aumento do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme podemos verificar pela leitura do quadro supra. Em 2019, as disponibilidades cobririam cerca de 92,8% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, um aumento do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O rácio apresentou o valor de 113,0% em 2018, apresentando em 2019 o valor de 138,4%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2019, traduz que é de apenas 8,7% o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total.

O Índice de autonomia registou uma pequena variação, ascendendo a 65,4% e 65,1%, em 2019 e 2018, respetivamente.

7. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Face à situação provocada pelo novo Coronavírus – COVID-19, e atendendo à emergência de saúde pública que vivemos, têm sido aprovadas e publicadas um conjunto de medidas extraordinárias para fazer face a este quadro epidemiológico.

Nesta altura de emergência económica e social, a intervenção dos municípios nos diversos domínios, desde logo junto das populações, instituições e empresas, tem sido fundamental na resposta nacional à pandemia que nos atinge.

Esta contingência implicou grandes alterações a todos os níveis. Foram operacionalizadas com urgência um conjunto de medidas destinadas a diminuir e mitigar os impactos económicos que advêm do surto epidémico COVID-19 e ao qual este Município não é alheio.

O impacto económico e financeiro está a ser e irá ser significativo, quer através da quebra de receita devido às isenções e reduções de taxas concedidas, quer no aumento da despesa relacionado com a aquisição de material de proteção e testes de diagnóstico.

Verificam-se diversos constrangimentos que tentamos ir ultrapassando, dotando os funcionários com meios técnicos por forma a permitir, dentro do possível o desempenho das suas funções, desburocratizando procedimentos e incrementando sinergias de forma a atenuar o impacto na vida dos cidadãos.

B. MAPAS CONSOLIDADOS

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocaf	ACTIVO	Notas	2019		2018
			AB	AP	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais		6 886 909,29	0,00	6 886 909,29
452	Edifícios		0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas		52 147 879,12	18 157 360,61	33 990 518,51
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		500 439,37	286 962,36	213 477,01
459	Outros bens de domínio público		0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso		515 863,59	0,00	515 863,59
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00	0,00	0,00
			60 051 091,37	18 444 322,97	41 606 768,40
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação		0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		324 220,06	176 833,74	147 386,32
433	Propriedade industrial e outros direitos		3 337,00	603,74	2 733,26
443	Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00	0,00	0,00
			327 557,06	177 437,48	150 119,58
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais		2 247 397,46	0,00	2 247 397,46
422	Edifícios e outras construções		23 068 988,52	4 018 300,66	19 050 687,86
423	Equipamento básico		3 528 101,48	2 973 362,90	554 738,58
424	Equipamento de transporte		985 531,37	895 419,38	90 111,99
425	Ferramentas e utensílios		128 188,33	109 289,03	18 899,30
426	Equipamento administrativo		1 781 960,79	1 364 689,16	417 271,63
427	Taras e valinhame		0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas		437 268,85	135 619,21	301 649,64
442	Imobilizações em curso		122 950,80	0,00	122 950,80
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0,00	0,00	0,00
			32 300 387,60	9 496 680,34	22 803 707,16
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital		73 500,00	0,00	73 500,00
412	Obrigações e títulos de participação		479 088,00	0,00	479 088,00
414	Investimentos em imóveis		0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras		3 052,39	0,00	3 052,39
443	Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00
			555 640,39	0,00	555 640,39
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		173 117,78	0,00	173 117,78
35	Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00	0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios		0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias		0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras		0,00	0,00	0,00
			173 117,78		173 117,78
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		0,00	0,00	0,00
			0,00		0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos		4 667,00	4 667,00	0,00
211	Clientes, c/c		0,00	0,00	0,00
212	Contribuintes, c/c		2 979,52	0,00	2 979,52
213	Utentes, c/c		214 861,11	0,00	214 861,11
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		567 304,43	541 001,75	26 302,68
251	Devedores pela execução do orçamento		0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos		67 389,39	0,00	67 389,39
264	Administração autárquica		0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores		745 810,33	185 028,18	560 782,15
			3 603 011,78	730 696,93	872 314,85
	Títulos negociáveis				
15	Outros Títulos		0,00	0,00	0,00
			0,00		0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras		2 124 504,34	0,00	2 124 504,34
11	Caixa		1 919,14	0,00	1 919,14
			2 126 423,48		995 252,38
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos		3 135 930,69	0,00	3 135 930,69
272	Custos diferidos		222 573,37	0,00	222 573,37
			3 358 504,06		3 163 952,00
	Total de Amortizações			28 118 440,79	
	Total de Provisões			730 696,93	
	TOTAL DO ATIVO		100 495 733,52	26 843 137,72	71 646 595,80
					72 675 703,72

BALANÇO CONSOLIDADO

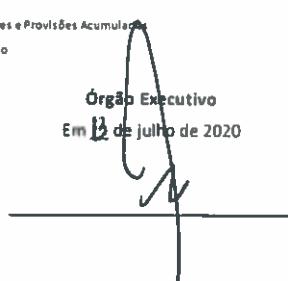
Quadros das Contas do Pócal	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2019	2018
	Fundos próprios			
51	Património	1,3	41 119 878,22	41 553 067,55
51	Diferenças de consolidação		0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação		0,00	0,00
	Reservas		0,00	0,00
571	Reservas legais	1	1 594 185,94	1 570 554,67
572	Reservas estatutárias		0,00	0,00
573	Reservas contratuais		0,00	0,00
574	Reservas livres		0,00	0,00
575	Subsídios		0,00	0,00
576	Doações		206 690,60	202 562,60
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0,00	0,00
578-579	Outras Reservas		0,00	0,00
59	Resultado transitados	1	4 206 508,12	3 534 314,29
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6	47 127 262,88	46 860 499,11
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		-259 588,54	456 050,92
	INTERESSES MINORITÁRIOS		46 867 674,34	47 316 550,03
			0,00	0,00
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		1 926 182,87	1 808 704,37
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		3 900 564,61	3 575 865,34
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0,00	0,00
2171	Clientes e Utentes c/ cauções		0,00	0,00
264	Administração autárquica		400,00	11 200,00
26872	Credores por caução		0,00	0,00
202+203+207+208	Outros credores		10 000,00	61 615,99
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
254	Empresas do grupo e participadas		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		3 910 964,61	3 648 681,33
2311	Empréstimos de curto prazo		754 236,77	660 186,05
269	Adiantamentos por conta de vendas		500,00	500,00
221	Fornecedores, c/c	2	90 761,00	86 517,56
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		0,00	4 789,14
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções		43 132,05	40 347,39
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		281 960,95	289 440,68
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		22 405,08	529 323,24
24	Estado e outros entes públicos		146 062,53	135 716,34
264	Administração autárquica		40 058,00	282 078,08
202+203+207+208	Outros credores	2	912 340,74	997 837,04
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos		2 291 457,12	3 026 735,52
273	Acréscimos de custos	2	1 038 554,34	878 530,03
274	Proveitos diferidos	3	15 611 762,52	15 996 501,94
2762	Passivos por impostos diferidos		16 650 316,86	16 875 031,97
	Total do Passivo		24 778 921,46	25 359 153,19
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		71 646 595,80	72 675 703,22

AB: Ativo Bruto

AP: Amortizações e Provisões Acumuladas

AL: Ativo Líquido

Órgão Executivo
Em 12 de julho de 2020



Órgão Deliberativo
Em 10 de julho de 2020



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Quadros das Contas do	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios		
			2019		2018
61	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias		482 436,95		460 724,84
	Matérias		459 056,88	941 493,83	418 198,27
62	Fornecimentos e serviços externos			4 567 027,26	
63	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações		3 939 275,83		3 747 521,48
643 a 648	Encargos sociais		1 142 806,40	5 082 082,23	1 063 451,86
63	Transf. e subsídios correntes concedidos		2 102 113,13	2 102 113,13	1 719 148,26
66	Amortizações do exercício		4 148 185,17		4 107 054,43
67	Provisões do exercício		183 683,14	4 331 868,31	105 354,90
65	Outros custos e perdas operacionais		2 107,51	2 107,51	4 728,87
	(A) Custos e Perdas Operacionais			17 026 692,27	16 168 363,58
68	Custos e perdas financeiras			54 064,46	35 934,57
	(C) Custos e Perdas Correntes			17 080 756,73	16 204 298,15
69	Custos e perdas extraordinárias			1 236 788,50	294 713,02
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos			18 317 545,23	16 499 011,17
	Imposto sobre o rendimento do exercício			7 332,90	17 779,75
	(G) Custos e Perdas após Impostos			18 324 878,13	16 516 790,92
88	Resultado líquido do exercício			-259 588,54	456 050,92
	Custos Totais			18 065 289,59	16 972 841,84
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	5	806 727,86		750 331,80
712	Prestações de serviços	5	1 359 593,64	2 166 321,50	1 146 622,80
72	Impostos e taxas	5		4 272 761,62	
	Variação da produção				4 076 346,32
75	Trabalhos para a própria entidade			142 109,57	
73	Proveitos suplementares				149 298,61
74	Transferências e subsídios obtidos			9 808 367,27	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				8 954 637,96
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			16 389 559,96	15 077 237,49
78	Proveitos e ganhos financeiros			656 369,22	647 741,29
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes			17 045 929,18	15 724 978,78
79	Proveitos e ganhos extraordinários			1 019 360,41	1 247 863,06
	(F) Proveitos Totais			18 065 289,59	16 972 841,84

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	-637 132,31	-1 091 126,09
Resultados financeiros: (D)-(B)-(C-A)	602 304,76	611 806,72
Resultados correntes: (D)-(C)	-34 827,55	-479 319,37
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	-259 588,54	456 050,92
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	-259 588,54	456 050,92
Interesses minoritários	0,00	0,00

Órgão Executivo

Em 13 de julho de 2020

Órgão Deliberativo

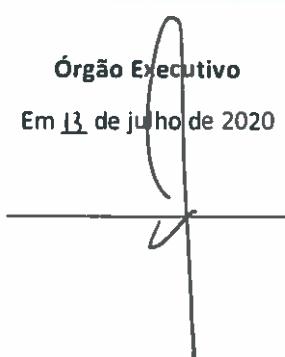
Em 13 de julho de 2020

Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS		Unidade: Euros
Saldo da Gerência Anterior	995 252,38	Despesas Orçamentais		19 654 046,79
Execução Orçamental	326 433,69	Despesas Correntes		12 462 003,16
Operações de Tesouraria	668 818,69	Despesas de Capital		7 192 043,63
Receitas Orçamentais	20 896 145,44	Operações de Tesouraria		1 105 927,22
Receitas Correntes	15 958 720,11			
Receitas de Capital	4 929 049,75			
Outras Receitas	8 375,58	Saldo Gerência Seguinte		2 126 423,48
		Execução Orçamental		1 503 327,98
Operações de Tesouraria	1 060 204,03	Operações de Tesouraria		623 095,50
Total	22 951 601,85	Total		22 886 397,49

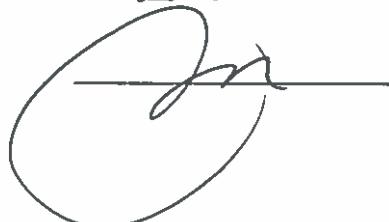
Órgão Executivo

Em 13 de julho de 2020



Órgão Deliberativo

Em 13 de julho de 2020



C. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 75.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 75.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, sendo que em maio de 2015 esta portaria foi adendada com as alterações resultantes da Lei 73/2013.

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

Apesar dos esforços encetados não foi ainda possível concluir e apresentar em 2019 o inventário inicial, com todo o imobilizado público e privativo da autarquia. Encontra-se atualmente uma equipa do Município a proceder ao levantamento, cadastro e inventariação de todo o património municipal que se encontra omissos, para cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Considerando o exposto, o Imobilizado apresentado ainda não reflete todo o património municipal de domínio privativo e público.

Todos os valores são apresentados em euros.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluída no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2019	% do capital detido em 2019	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	210	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	28	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:

Nota	Descrição	<i>Lançamentos de consolidação</i>			
		Conta(s) a Débito	Valor	Conta(s) a Crédito	Valor
Balanço					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	51 55 571 59 88	20 000,00 545 538,62 10 933,65 256 400,47 27 585,68	411	746 353,16 114 105,26
Total N1			<u>860 458,42</u>		<u>860 458,42</u>
Nota 2	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	22 268 273	200 155,00 489 701,79 53 629,33	213 268 271	200 155,00 489 701,79 53 629,33
Total N2			<u>743 486,12</u>		<u>743 486,12</u>
Nota 3	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88 274	16 574,41 206 625,36	59	223 199,77
Total N3			<u>223 199,77</u>		<u>223 199,77</u>
Demonstração dos Resultados					
Nota 4	Eliminação do MEP	78	27 585,68	88	27 585,68
Total N4			<u>27 585,68</u>		<u>27 585,68</u>
Nota 5	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711 712 72	492,61 645,85 41,22	62	1 179,68
Total N5			<u>1 179,68</u>		<u>1 179,68</u>
Nota 6	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	16 574,41	88	16 574,41
Total N6			<u>16 574,41</u>		<u>16 574,41</u>
Nota 7	Anulação da Contrapartida Pública Nacional registada pela EPAVE e assumida pelo Município	74	53 629,33	63	53 629,33
Total N7			<u>53 629,33</u>		<u>53 629,33</u>
Nota 8	Anulação do Renda registada pela EPAVE e faturada pelo Município	78	120 000,00	88	120 000,00
Total N8			<u>120 000,00</u>		<u>120 000,00</u>
Total Geral			<u>2 046 113,41</u>		<u>2 046 113,41</u>

5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2019

Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE	Total		
Dívidas a instituições de crédito	3 896 633,65	3 930,96	3 900 564,61		3 900 564,61
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0,00		0,00		0,00
Administração Autárquica	400,00		400,00		400,00
Credores por caução	0,00		0,00		0,00
Outros Credores	10 000,00		10 000,00		10 000,00
Total	3 907 033,65	3 930,96	3 910 964,61	0,00	3 910 964,61

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Município da Póvoa de Lanhoso										
Tipos de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	406 891,49	82 810,30		0,00	489 701,79	406 891,49	82 810,30	0,00	0,00	489 701,79
Total	406 891,49	82 810,30	0,00	0,00	489 701,79	406 891,49	82 810,30	0,00	0,00	489 701,79

7. Informações relativas a compromissos

Os compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 146.734,60€, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. As remunerações do órgão de fiscalização totalizaram 3.500,00€ na Escola Profissional do Alto Ave.

9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	EPAVE	2019
			Total Consolidado
Vendas Mercadorias			0,00
Vendas Produtos	806 727,86	0,00	806 727,86
Prestações de serviços	1 345 107,46	14 486,18	1 359 593,64
Total	2 151 835,32	14 486,18	2 166 321,50

10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não existem contratos de locação financeira em vigor à data de 31.12.2019 em nenhuma entidade incluída no perímetro de consolidação.

11. Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

Rúbricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (II Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o inicio de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.	Não aplicável.
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	Não aplicável.
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;	que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Provisões	Analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.	
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezembro de 2019

	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust. am.	Aumentos	Alienações	Reclassificação	Abatimentos	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	6 882 781,29	0,00	4 128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 886 909,29
Edifícios	46 688 837,62	0,00	0,00	0,00	-4 071,90	0,00	0,00	52 147 879,12
Outras Construções e Infra-Estruturas	500 439,37	0,00	5 461 113,40	0,00	0,00	0,00	0,00	500 439,37
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de Domínio Público	3 199 946,46	0,00	2 341 623,58	0,00	0,00	-5 031 706,45	0,00	515 893,59
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	Totais	57 272 004,74	0,00	7 814 864,98	0,00	-4 071,90	-5 031 706,45	60 051 091,37
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	324 220,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324 220,06
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 337,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	Totais	327 557,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327 557,06
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	2 247 397,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 247 397,46
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	23 058 936,74	0,00	10 051,78	0,00	0,00	0,00	0,00	23 068 988,52
Equipamento Básico	3 406 462,78	0,00	139 875,38	0,00	0,00	-18 236,68	0,00	3 528 101,48
Equipamento de Transporte	957 591,92	0,00	27 939,45	0,00	0,00	0,00	0,00	985 531,37
Ferramentas e Utensílios	117 852,35	0,00	10 335,98	0,00	0,00	0,00	0,00	128 188,33
Equipamento Administrativo	1 587 489,15	0,00	226 397,57	0,00	0,00	-31 925,93	0,00	1 781 960,79
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	415 144,25	0,00	22 124,60	0,00	0,00	0,00	0,00	437 268,85
Imobilizações em Curso	166 55,61	0,00	77 316,42	0,00	0,00	-120 583,23	0,00	122 950,80
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	Totais	31 957 030,26	0,00	514 101,18	0,00	-50 162,61	-120 583,23	32 300 387,60
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital:	73 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73 500,00
Obrigações e Títulos de Participação	479 088,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479 088,00
Investimento em Imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	1 752,86	0,00	1 289,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3 052,39
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	Totais	554 340,86	0,00	1 289,53	0,00	0,00	0,00	555 640,39



O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, uma vez que a totalidade do património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

À data atual todos os bens encontram-se cobertos por seguros.

13. Amortizações consolidadas

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Amortizações consolidadas em 31 Dezembro de 2019

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	14 833 796,67	3 322 295,44	1 268,50	0,00	18 157 360,61
Bens do património histórico, artístico e cultural	262 513,87	24 448,49	0,00	0,00	286 962,36
Totais	15 096 310,54	3 346 743,93	1 268,50	0,00	18 444 322,97
De Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	146 879,57	29 954,17	0,00	0,00	176 833,74
Propriedade Industrial e Outros Direitos	370,04	233,70	0,00	0,00	603,74
Totais	147 249,61	30 187,87	0,00	0,00	177 437,48
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	3 563 028,74	455 271,92	0,00	0,00	4 018 300,66
Equipamento Básico	2 835 824,25	155 473,57	-17 934,92	0,00	2 973 362,90
Equipamento de Transporte	865 446,10	29 973,28	0,00	0,00	895 419,38
Ferramentas e Utensílios	103 478,04	5 810,99	0,00	0,00	109 289,03
Equipamento Administrativo	1 274 574,99	122 023,98	-31 909,81	0,00	1 364 689,16
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	132 919,58	2 699,63	0,00	0,00	135 619,21
Totais	8 775 271,70	771 253,37	-49 844,73	0,00	9 496 680,34
De Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14. Demonstração de resultados financeiros consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros 2019

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Unidade: Euros	
		2019	2018			Exercícios	2019
681 Juros suportados	53 834,00	35 745,50		781 Juros obtidos		72,60	281,93
682 Perdas em entidades participadas	0,00	0,00		782 Ganhos em entidades participadas		27 585,68	0,00
683 Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00		783 Rendimentos de imóveis		627 118,69	645 823,82
684 Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00		784 Rendimentos de participações de capital		0,00	0,00
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00		785 Diferenças de câmbio favoráveis		0,00	0,00
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00		786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0,00	0,00
688 Outros custos e perdas financeiros	230,46	189,07		787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0,00	0,00
				788 Outros proveitos e ganhos financeiros		1 592,25	1 635,54
Resultados financeiros	602 304,76	611 806,72		789 Reembolsos de juros		656 369,22	647 741,29

15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2019

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos		Unidade: Euros	
		2019	2018		2019	2018	Exercícios	
691	Transferências de capital concedidas	1 076 154,86	99 617,68	791	Restituições de impostos	51 023,79	54 635,20	
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00	
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	737,57	54,76	
694	Perdas em imobilizações	6 839,78	142 354,20	794	Ganhos em imobilizações	2 739,34	24 906,22	
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	30 892,62	26 658,21	
	Aumentos de				Reduções de			
696	amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	amortizações e de provisões	34 774,14	22 828,22	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	70 510,45	13 797,68	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	73 443,76	139 588,54	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	83 283,41	38 943,46	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	825 749,19	979 191,91	
	Resultados extraordinários	-217 428,09	953 150,04					
		1 019 360,41	1 247 863,06					1 019 360,41
								1 247 863,06

16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento refere-se ao Plano Diretor Municipal (PDM), cartas de cartografia e a diversos planos municipais.

17. Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	699 266,43	57 907,70	26 477,20	730 696,93
Provisões para riscos e encargos	1 808 704,37	125 775,44	8 296,94	1 926 182,87
Total	2 507 970,80	183 683,14	34 774,14	2 656 879,80

No exercício de 2019 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.656.880€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentaram um aumento na ordem dos 148,9 mil euros (5,9%).

- Provisões para cobrança duvidosa sofreram um acréscimo de 31,4 mil euros (4,5%).
 - Provisões para riscos e encargos, sofreram um acréscimo de 117,5 mil euros (6,5%).

Relação dos processos em que está constituída provisão para riscos e encargos dada a identificação de risco quanto ao desfecho dos mesmos, designadamente:

1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;
2. Processo da AMAVE, comparticipação de custos de funcionamento nos anos de 2014, provisão de 76.596€.
3. Reconhecimento que as horas de trabalho prestadas a mais pelos funcionários associados do STAL (uma hora por dia) no período de 20-01-2014 a 20-07-2017, sejam consideradas trabalho extraordinário – provisão de 22.783€.
4. Condenação para cumprimento da sentença proferida pelo Ministério Público para construção de um muro de suporte – provisão 100.000€.
5. Indemnização por danos patrimoniais, por danos causados numa caravana pelo embate de uma barreira de proteção – provisão 2.993€.

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.

18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

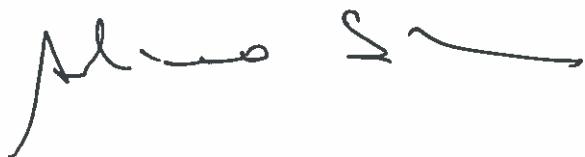
Não se aplica.

19. Informações diversas

- a) A Escola Profissional do Alto Ave, integra o perímetro de consolidação sendo que esta entidade aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.
- b) O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.

Póvoa de Lanhoso, 8 de julho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal





PÓVOA
DE LANHOSO
Município